



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
FABS-RPPS

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2014, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14: Luiz Ghellar (ausente), Daiani Mello dos Santos, Eliseu Morin, Rosemari Machado, João Roberto Borin, Valter Nunes Portalete (ausente), João Batista Rodrigues da Silva, Cleber de Castro (ausente), Renato Alves Ribas, Jeferson Toniazco, Alfredo Amaral Obregon, Noemi Rodrigueus de Freitas (ausente), Sandra Maria Back Ferreira, Guilherme Rademacher Aiolfi, Gilberto Bomm, Rosani Maria Lima Stocker (ausente).

A reunião tem por objetivo, tratar de parcelamento de valores devidos pelo Executivo ao FABS, decorrentes de atraso no repasse da contribuição patronal relativo a recuperação de passivo e as diferenças no parcelamento da Lei nº 3.475/2010, acordo de parcelamento registrado no MPS sob nº 00156/2010.

Eliseu Morin, passou a fazer a explanação sobre as questões envolvendo a falta do CRP, e sobre as alternativas apresentadas pela consultoria que o Município contratou para buscar sanar a situação.

O Sr. Mario Henrique Chaise, consultor do IDAF - Instituto de Desenvolvimento Assessoria e formação, passou a explicar sobre as inconsistências apresentadas no MPS, no DIPR, com diferenças em torno de R\$40.000,00 ao mês em cada parcela a partir de janeiro de 2014. A portaria 402 do MPS, artigo quinto permite a repactuação dentro do mesmo período de competência de parcelas do mesmo exercício, através de um termo de acordo de parcelamento e não através de nova Lei Municipal, com autorização de débito em conta no FPM (retenção), em caso de atraso de pagamento das parcelas, através do Banco do Brasil, o que gera maior segurança na quitação das parcelas. O enquadramento será dentro da mesma Lei 3.475/2010, vencendo no mesmo prazo ali previsto, ou seja, até dezembro de 2015. Será encaminhado ao MPS todo o processo com atualização das parcelas e a repactuação do valor devido, conforme a Lei, que analisará se aceitará o mesmo.

Os membros do COADFABS, foram questionados durante a explanação as suas dúvidas, após passaram a debater o assunto, com várias colocações e divergências sobre o assunto. O Presidente do COADFABS, colocou em pauta a necessidade de passar pela câmara de vereadores a repactuação da dívida através de Lei, como primeira opção; passou-se a votação: Luiz Ghellar : Não, Eliseu Morin: Não, João Batista: Não, Renato Ribas: Não, em função do previsto na portaria do MPS 402, Sandra Ferreira: Não, Gilberto Bomm: Não Pelo constante na Portaria e pelo que foi explanado; João Borin: dada a previsão da portaria 402/2008 MPS não há necessidade de aprovação pela Câmara de Vereadores, decidido pela maioria o não encaminhamento ao Legislativo de Projeto de Lei para a repactuação de dívida, conforme possibilidade da Portaria 402/2008 do MPS. A segunda votação trata da

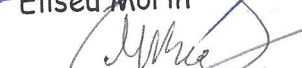
[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Ghellar', 'Morin', 'Borin', 'Ferreira', 'Bomm', 'Stocker', and others.]

aprovação ou não por novo termo de acordo da dívida utilizando-se da Lei Municipal 3.475/2010 e das previsões legais vigentes atualmente. VOTOS: Luiz Ghellar : Aprova, Eliseu Morin: Aprova, João Batista: Aprova, Renato Ribas: Aprova, Sandra Ferreira: Aprova, Gilberto Bomm: Aprova Pelo constante na Portaria e pelo que foi explanado; João Borin: Aprova. Aprovado por maioria.

Nada mais havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.


Luiz Ghellar



Eliseu Morin


João Roberto Borin


João Batista Rodrigues da Silva


Renato Alves Ribas


Alfredo Amaral Obregon


Sandra Maria Back Ferreira


Gilberto Bomm

Presentes:


Daiani Mello dos Santos



Rosemari Machado

Valter Nunes Portalete (ausente)

Cleber de Castro (ausente)


Jeferson Toniazzi

Noemi Rodrigeus de Freitas (ausente)


Guilherme Rademacher Aiolfi

Rosani Maria Lima Stocker (ausente)

Nabucodonosor Ritter 